

# A PATRIMONIALIZAÇÃO DO LEGADO DA CIA. NACIONAL DE ÁLCALIS

**Cláudia Ribeiro**

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS  
(UNIRIO/MAST), claudiamcristeibeiro@yahoo.com.br

**Marcus Granato**

Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Programa de Pós-Graduação em Museologia e  
Patrimônio - PPG-PMUS (UNIRIO/MAST), marcus@mast.br

## Resumo

A Cia. Nacional de Álcalis (CNA), localizada em Arraial do Cabo (Rio de Janeiro), foi legalmente constituída em julho de 1943, no primeiro governo de Getúlio Vargas, para produzir barrilha e soda cáustica, matérias primas básicas para a indústria de transformação. Pode-se destacar que o empreendimento transformou radicalmente Arraial do Cabo de simples povoado de pescadores num dos pilares da industrialização do país. A partir da análise de questões referentes à ampliação das fronteiras do domínio do patrimônio e à preservação do patrimônio industrial, relacionam-se valores e critérios de seleção que indicam o que efetivamente transmitir a gerações futuras do legado do processo de industrialização com pontos distintivos da CNA; identifica-se que a Companhia foi estratégica para o Brasil sob o ponto de vista do desenvolvimento e da segurança nacional e aponta-se que a mesma é um patrimônio da industrialização no país.

**Palavras-chave:** Cia. Nacional de Álcalis; patrimônio industrial; valoração do patrimônio.

## 1 – Introdução

A determinação do governo brasileiro de desenvolver o país pela industrialização marcou o início dos anos 1940. Nesse contexto, o presidente Getúlio Vargas criou grandes empresas estatais no setor de indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, e a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942. Se a implantação dessas companhias abarcava como meta atender a necessidade de suprir o mercado brasileiro de ferro e aço, a problemática para se obter álcalis sódicos ainda precisava ser equacionada.

Nessa perspectiva, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE)<sup>1</sup>, “considerando a necessidade da sistematização de estudos especializados” sobre essa indústria de base, recomendou, por meio de resolução de 20 de abril de 1942, que se realizassem

---

<sup>1</sup> Instituído em junho de 1934, o conselho era composto por representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Fazenda, da Agricultura, do Trabalho, Indústria e Comércio, da Viação e Obras Públicas, do Banco do Brasil e da Associação Comercial, todos designados pelo Presidente da República. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia / ConselhoComercioExterior](http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoComercioExterior)>. Acesso em: 11 Nov. 2011.

ações com essa diretriz (CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR, 1942, p.5). A Presidência da República, por despacho em 26 de maio de 1942, atendeu a essa recomendação e autorizou o Instituto Nacional do Sal (INS) a realizar estudos para implantar uma fábrica de álcalis sódicos no Brasil.

Assim, Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, foi a localidade escolhida para a instalação do empreendimento para dotar o país de uma indústria para produzir carbonato de sódio e hidróxido de sódio, comercialmente denominados como barrilha e soda cáustica, matérias primas básicas para a indústria de transformação. A Companhia é legalmente constituída pelo Decreto-Lei nº 5.684 de 20 de julho de 1943. Nesse trabalho, com o objetivo de consubstanciar a distinção da CNA como patrimônio da industrialização no país procedeu-se ao levantamento de sua trajetória a partir das razões que levaram à implantação da primeira, e única, fábrica de carbonato de sódio brasileira em uma pequena vila de pescadores. Para o desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos metodológicos se constituíram de: levantamento bibliográfico incluindo teses e dissertações, artigos em periódicos científicos, artigos em anais de congressos, legislação (decretos presidenciais e leis federais), documentos administrativos (relatórios técnicos e balanços contábeis) relativos à Cia. Nacional de Álcalis e publicações editadas pela mesma; visita técnica ao conjunto de instalações remanescente da CNA em Arraial do Cabo, propiciando a realização de entrevistas informais com alguns antigos funcionários da empresa, conhecer outros efeitos (intangíveis) da instalação da CNA no local, avaliação in loco da estrutura remanescente, incluindo equipamentos etc. e levantamento de documentos para compor o conjunto de informações sobre a empresa; análise das informações e produção de texto. A seguir serão apresentados os principais resultados obtidos a partir desses estudos.

## **2 - A Fabricação de Álcalis Sódicos: contextualização e importância**

Sobre a importância dos álcalis sódicos, Pinto<sup>2</sup> (1947, p.12) ressalta que para alguns autores “a natureza industrial de um povo e o grau de seu adiantamento podem ser medidos mais pelo consumo de álcalis do que de ácido sulfúrico”. Com a intenção de demonstrar o grande valor desses insumos, o autor apresenta a ordem de grandeza

---

<sup>2</sup> O engenheiro Mario da Silva Pinto trabalhou ativamente no planejamento inicial para constituir a Companhia Nacional de Álcalis (CNA). Em 1947, após deixar o Conselho Técnico e Econômico da empresa, publicou “A Indústria de Álcalis no Brasil: Projeto de Cabo Frio”, relevante fonte documental sobre fase inicial da Companhia, na qual o autor apresenta relatórios técnicos e pareceres, selecionados de seu arquivo pessoal, além do conteúdo de palestra por ele proferida, em 1946, por ocasião do 2º Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria.

da produção mundial de barrilha em 1940: Estados Unidos, 3.500.000t; Inglaterra, 1.500.000t; Alemanha 1.250.000t<sup>3</sup> (PINTO, 1947, p.13). O consumo de barrilha pelas indústrias químicas nos Estados Unidos, nesse mesmo ano, distribuía-se em: produção de soda cáustica por caustificação (24%), indústria química (20%), indústria de alumínio (7%), sabão (6%), detergentes (4%), tecidos (2%). No caso do emprego da soda cáustica, os principais usos da produção de 1.100.000t dividiam-se em: *Rayon*<sup>4</sup> (22%), indústria química (16%), sabão (12%), refinação de petróleo (12%), papel (6%), tecidos (6%), alvejamento (6%) (PINTO, 1947, p.13).

Nesse mesmo ano existiam, no Brasil, pequenas fábricas que produziam soda cáustica por via eletrolítica e não havia fabricação de barrilha. A quantidade importada girava em torno de 30.000t/ano para cada um desses insumos básicos (PINTO, 1947, p.15). A dificuldade de importação de álcalis sódicos durante a Primeira Guerra Mundial já havia sido sentida. No decorrer da Segunda Guerra a situação se repetiu, ameaçando de paralisação setores da indústria de transformação brasileira<sup>5</sup>. Mostrava-se, portanto, estratégico possuir infra-estrutura de produção desse insumo no país.

### **3 - Histórico da Companhia Criada no Brasil para Produção de Álcalis Sódicos**

A decisão de implantar a fábrica para produção de álcalis sódicos partiu do Governo Federal que também ficou com a responsabilidade de viabilizá-la e de administrar a empresa até 1992 quando a CNA foi privatizada.

Em abril de 2006, ano em que a produção da fábrica foi interrompida, a Álcalis gerava cerca de 600 empregos diretos, 200 terceirizados e 1.800 indiretos, sendo responsável por 51,9% do Produto Interno Bruto (PIB) de Arraial do Cabo. No tocante ao PIB industrial do município, sua produção representava 99,9%<sup>6</sup>.

Entretanto, por que a tão necessária indústria de álcalis sódicos veio a ser instalada em uma pequena localidade do Estado do Rio de Janeiro, numa área de restinga?

A resposta passa pelo tipo da tecnologia empregada preponderantemente no cenário internacional, no início do século XX, para fabricar carbonato de sódio, o processo

---

<sup>3</sup> Países com produção inferior a 1.000.000t: França, 700.000t; Rússia 570.000t; Itália, 400.000t; Japão, 250.000t; Tchecoslovaquia, 150.000t; Polônia, 120.000t; Bélgica, 110.000t e Canadá, 100.000t (PINTO, 1947, p.13).

<sup>4</sup> Tecido sintético.

<sup>5</sup> A quantidade importada de soda cáustica (cerca de 30.000t) e barrilha (mesma quantidade), em 1940 – três anos antes da criação da CNA –, comparada a produção nos Estados Unidos (1.100.000t de soda cáustica e 3.500.000t de barrilha), evidencia o quanto o setor químico encontrava-se pouco desenvolvido no Brasil (PINTO, 1947, p.13).

<sup>6</sup> Dados obtidos Relatório da Companhia Municipal de Administração Portuária (COMAP) de Arraial do Cabo, 2008.

*Solvay*<sup>7</sup>, por fatores políticos, econômicos e pela natureza das matérias primas necessárias para produzi-lo, o calcário (carbonato de cálcio – CaCO<sub>3</sub>) e o sal (NaCl).

A escolha do local apropriado para a instalação da fábrica passou inicialmente por estudos e visitas técnicas aos estados salineiros de Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. Contribuíram para a escolha do Rio de Janeiro, mais especificamente de Cabo Frio<sup>8</sup>, como local apropriado para instalação da primeira fábrica de barrilha brasileira dois fatores: a possibilidade de obter carbonato de cálcio pela extração dos depósitos de conchas da Lagoa de Araruama e de utilizar sal tradicionalmente produzido na Região dos Lagos, próxima ao local.

Pinto (1947, p.25) ressalta não existir no Brasil, naquele momento, nenhuma outra “que se compare em condições favoráveis, aonde prepondera o binômio sal-calcário e onde a proximidade geográfica dos centros de maior consumo é um fator cuja importância política e econômica não podia ser subestimada”. Outros fatores apontados a favor da realização do empreendimento em Cabo Frio foram: a fase de resfriamento da etapa de carbonatação do processo *Solvay* poder contar com a utilização de água do mar da região, visto que essa apresentava temperatura média anual em torno de 19°C, e, a aprovação do Estado Maior do Exército que considerou o lugar satisfatoriamente seguro, tanto sob o ponto de vista estratégico como tático (PINTO, 1947, p.32).

Como ponto negativo, destacava-se a argumentação de que “a produção de sal da zona é limitada, não ultrapassando 100.000 toneladas anuais, de forma que haveria um desfalque do mercado do sul com o desvio deste sal para a fabricação de soda” (PINTO, 1947, p.35). Entretanto, a Comissão não considerou essa questão a mais difícil de ser enfrentada e projetou para a Companhia a construção de uma salina, com capacidade de 100.000 t/ano, para não depender da fabricação salineira da região<sup>9</sup>.

A capacidade de produção projetada para a nova fábrica seria de 50.000 toneladas anuais de carbonato de sódio, das quais 25.000 deveriam ser transformadas em hidróxido de sódio por caustificação (CNA, 1943, p.53).

Em maio de 1948, a segunda Diretoria da Alcalis criou a Superintendência Técnica, “órgão de estudo e realização” (CNA, 1949, p.93). O então major Alfredo Bruno Gomes Martins, engenheiro militar, foi escolhido para exercer a nova função nos quadros da

---

<sup>7</sup> Desenvolvido pelo belga Ernest Solvay (1838-1922), o processo *Solvay* suplantou o método Leblanc de produção de barrilha, preponderante no século XIX, por ser mais econômico e menos poluente. A primeira fábrica a utilizar essa tecnologia foi instalada na Bélgica, em 1863 (MACHADO, 2009, p. 25).

<sup>8</sup> Até o ano de 1985, Arraial do Cabo era distrito do município de Cabo Frio.

<sup>9</sup> Cada tonelada de barrilha fabricada pelo processo *Solvay* necessitava, em média, de 1,7 toneladas de sal (PINTO, 1947, p.24).

Companhia, na qual permaneceu até abril de 1961, sendo que após dezembro de 1949 ascendeu à Presidência <sup>10</sup>.

No Relatório da Diretoria – Balanço 1949 (1950, p.53), Alfredo Martins apresentou as razões para o redimensionamento da capacidade da fábrica, dentre as quais é pertinente citar:

- ser a importação atual [1949] do Brasil da ordem de 60.000 toneladas anuais de soda cáustica e 40.000 de barrilha, quantidades essas que dão total quase três vezes superior à capacidade escolhida inicialmente para a fábrica;
- ser o investimento inicial, para a construção da fábrica para 50.000 toneladas, pouco inferior ao da construção de uma fábrica para 100.000 toneladas anuais;

A partir dessa constatação, foi deliberado aumentar a capacidade de produção da fábrica para 100.000t/ano de barrilha, das quais resultariam 45.000 de soda cáustica, 33.000 de barrilha, além de alguns subprodutos (CNA, 1950, p.53).

Outros pontos definidos em 1949:

localizar a fábrica junto e ao Norte do Morro da Bela Vista ficando os edifícios pesados em terreno de mais de 2 km<sup>2</sup> e na cota de 65 m; tomar a água fria na Ponta da Cabeça, a uma distância de 1.700 metros da fábrica, aproximadamente; localizar os concentradores, próximos à fábrica e à Praia Grande - cota 3,00 m; abrir um canal paralelo à Praia Grande, ligando a Lagoa a fábrica; construir reservatórios de óleo e água doce, nas elevações de Bela Vista; instalar os filtros de água de resfriamento, no Morro da Bela Vista; levantar a Vila Operária, na região do Miranda; construir o porto, na enseada do Anjo; adotar, para a água potável, a solução da adução do Rio Bacaxá: dirigir o emissário para Pontal; construir barragem de acumulação de salmoura concentrada, próximo ao Morro da Bela Vista; ligar por "*cable-way*" os silos e depósitos da fábrica ao porto e localizar a estação de tratamento de água doce após a decisão final sobre a adução das águas do Bacaxá. (CNA, 1950, p.53)

Se os estudos técnicos haviam avançado, qual o andamento dos esforços dirigidos a viabilizar financeiramente a construção da fábrica de álcalis sódicos no início dos anos 1950? A respeito dessa questão, Pereira (2009, p.26, grifo do autor) observa:

---

<sup>10</sup> Pode-se rotular a fase inicial da Companhia, isto é, o período entre 1943 e 1947, reproduzindo-se a expressão de Nunes (1968, p.31), como "Álcalis de papel", pois a usina só existiu, nesses anos, na forma de projetos, desenhos e relatórios.

Se o projeto inicial foi parte de um objetivo mais amplo, durante a Segunda Guerra Mundial, de contar com o apoio dos Estados Unidos em função da *'boa vontade'* demonstrada em relação à Companhia Siderúrgica Nacional, o caso da CNA, além de encontrar resistências internas, contou também com a rejeição de organismos financeiros internacionais e do próprio capital privado norte-americano.

A referência ao apoio americano, com o qual contavam os planejadores iniciais da CNA, estava também ligada ao fato de que os Estados Unidos só exportavam 5% da sua produção de álcalis. Nesse sentido, Pinto (1947, p.13) afirmou: “não havendo interesse maior americano no nosso mercado, era lícito prever que seria relativamente fácil receber auxílio da América do Norte para criar essa indústria no Brasil”. Tal facilidade não se confirmou. De acordo com Pereira (2009, p.129), “entre as idas e vindas do pedido de financiamento ao Eximbank <sup>11</sup>, pode-se observar como os norte-americanos estavam extremamente indispostos em disponibilizar os recursos para a implementação do projeto”.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em janeiro de 1951, a materialização da indústria de álcalis sódicos ganhou novo impulso. A assinatura do Decreto nº 1.491 de 12 de dezembro de 1951 autorizou o “Ministério da Fazenda a adquirir, integralizar e subscrever pelo Tesouro Nacional, ações da Companhia Nacional de Álcalis e da garantia do mesmo Tesouro a um empréstimo a ser contraído por essa Companhia” (BRASIL, 1951, p.368) em clara demonstração da intenção do governo Vargas em viabilizar a CNA. O Diário Oficial de 03 de junho de 1952, confirma o interesse do novo governo e destaca o despacho de Vargas, após a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) haver concluído serem convenientes as condições brasileiras para construção da fábrica e recomendar a concessão do empréstimo:

Aprovo as conclusões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no tocante ao projeto da Companhia Nacional de Álcalis. Em vista da inadiável necessidade de desenvolvimento da indústria química básica no país, recomendo à Comissão Mista que procure obter, com a máxima urgência, um pronunciamento final do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento sobre o empréstimo de US\$ 15.000.000,00 destinado à aquisição de equipamento do exterior (BRASIL, 1952, p.8).

---

<sup>11</sup> Eximbank, Export-Import Bank, banco de importação e exportação dos Estados Unidos. Foi criado em 1934, no governo de Franklin Roosevelt . Disponível em: <<http://www.exim.gov/75th/index.cfm>>. Acesso em: 11 Nov. 2011.

O relatório de atividades da CNA de 1952 revelou que o pronunciamento do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento não foi positivo e indicou que a busca de crédito foi direcionada, a partir dessa recusa, para instituições francesas:

o Banco Internacional, procurou, todavia, demover a Companhia de prosseguir no seu intento, visto tratar-se de uma sociedade de economia mista [...] Embora sozinhos, em nosso país, neste gênero de indústria, persistiu o IBRD no seu intento de não cooperação, evitando a criação da indústria alcalina, de vez que nem um grupo privado nestes 10 últimos anos se propôs a construí-la. Diante deste impasse, resolvemos, de comum acordo com o Governo, recorrer aos financiadores franceses, entre os quais encontramos um espírito mais liberal de cooperação (CNA, 1953, p.64)

O Relatório Geral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, apresentado em 1954, não fez alusão a problemas técnicos do projeto da CNA e relacionou o início da produção de barrilha à economia de divisas, conforme explicita parte desse Relatório (CBMEU, 2008, p.410-411):

Quanto à negociação para a obtenção de crédito junto às instituições francesas, os resultados foram positivos. Assim, em 06 de março de 1953, foram formalizados os seguintes documentos: acordo de concessão de financiamento entre a CNA e a empresa *Comptoir International d'Achats et de Ventes* (CIAVE) e o contrato de assistência técnica entre a CNA e a Krebs & Cie. S.A., pelo qual a empresa francesa se comprometeu a realizar o projeto de engenharia com especificações dos tipos de equipamentos a serem adotados e das possibilidades de ampliação da produção de carbonato de sódio (Contrato entre CNA e Krebs, 1953, p.25) <sup>12</sup>.

O calendário de construção do conjunto da fábrica, estabelecido pelos técnicos da Álcalis e da Krebs, em 1953, previa que a primeira produção de barrilha deveria ocorrer em outubro de 1955. Entretanto, não foi possível seguir esse cronograma. As principais razões apontadas para o atraso foram: a dificuldade de obtenção de divisas e a complexa engrenagem para fornecimento das licenças de importação (CNA, 1955, p. 58). Diante desses fatos, o Relatório de Atividades da Companhia de 1953 apontou uma nova data: abril de 1957. Essa previsão, também, não se realizou.

Se o empreendimento para dotar o país de uma indústria de álcalis sódicos levou dez anos para conseguir, em 1953, o aporte financeiro e técnico necessário para

---

<sup>12</sup> Outros dois acordos celebrados nessa data: Contrato de Garantia entre o Tesouro Nacional e a CIAVE, por força do qual o primeiro se obrigou como fiador e principal pagador do contrato de financiamento e o Contrato de Abertura de Crédito, sob garantia hipotecária, entre a CNA e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico<sup>12</sup>, no valor de 180 milhões de cruzeiros (CNA, 1954, p.56).

dimensionar, detalhar e comprar os equipamentos de cada fase de produção do processo Solvay, foi preciso mais sete anos para que produzisse a primeira barrilha nacional.

Correlacionando fases político-administrativas do Brasil, entre 1942 e 1960, com etapas da trajetória da Álcalis, pode-se dizer de forma sucinta: a Companhia foi concebida no Estado Novo; deixou o plano virtual, no sentido de vir a ser, no segundo governo de Vargas, quando foi possível iniciar a fase executiva do projeto de engenharia, após a formalização dos contratos de financiamento e assistência técnica; e efetivou sua primeira produção, em 08 de abril de 1960, na conjuntura de expansão do setor industrial formulada por meio do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.

Se o consumo de barrilha e soda cáustica no Brasil, em 1940, girava em torno de 30.000t/ano, em 1955 o setor estava configurado da seguinte maneira:

consumo de barrilha atingira mais de 87 mil t, totalmente suprido por importações, e o de soda cáustica chegara a 128,3 mil t, face a uma produção doméstica de cerca de 30 mil t. O dispêndio anual de divisas com as importações atingiam US\$ 20 milhões. As estimativas para 1960, consideradas as taxas de expansão das principais indústrias consumidoras (vidro, sabão, química e têxtil), indicavam um consumo de 102 mil t de barrilha e de 209 mil t de soda cáustica (BNDES, 1996, p. 69).

No que concerne a “meta dos álcalis” que figurou no plano de JK, o diagnóstico foi de que o setor “dependia da solução de um problema que já se arrastava há alguns anos: a entrada em operação da Cia. Nacional de Álcalis” (BNDES, 1996, p.69).

O apoio do governo JK à CNA e, conseqüentemente, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) resultou efetivamente em aportes de recursos financeiro<sup>13</sup>. Outra medida que visou acelerar a entrada em operação da CNA foi a inclusão das funções de Direção ou orientação técnica na Companhia, quando exercidas por oficiais de qualquer das três Forças Armadas<sup>14</sup>, no rol de funções consideradas de caráter ou interesse militar. Assim, por meio do Decreto nº 39.263, de 29 de maio de 1956 (BRASIL, 1956, p.457), o presidente reafirmou ser a indústria de álcalis estratégica sob o ponto de vista da segurança nacional, garantindo-lhe especial distinção.

---

<sup>13</sup> Em 1956, coube a Álcalis a parte mais substancial dos recursos financeiros destinados ao setor de indústria de base pelo BNDE (BNDES, 1996, p.112).

<sup>14</sup> Todas as diretorias da Álcalis contaram com a participação de militares, em especial do Exército, muito dos quais exerceram a presidência da empresa.

O envolvimento pessoal de Juscelino Kubitschek pode ser também evidenciado pelo teor do discurso por ele proferido em Arraial do Cabo por ocasião da inauguração do primeiro grupo industrial da CNA<sup>15</sup>, em 03 de janeiro de 1958, do qual cabe destacar:

[...] Tendo acompanhado pessoalmente o que aqui se programou e o que aqui se construiu, não posso deixar de confessar que, mais uma vez, o trabalho realizado pela Companhia Nacional de Álcalis representou para mim um novo estímulo, uma razão a mais para minha inabalável convicção de que o **Brasil caminha a passos largos para o seu completo desenvolvimento.**

O **aceleramento** dos trabalhos de instalação da Fábrica de Cabo Frio é uma **tentativa conscientemente orientada para a emancipação da nossa indústria** vidreira, têxtil, química e de sabões, fornecimentos oriundos do estrangeiro, fornecimentos cada vez mais onerosos, sujeitos a atrasos e a complicações de ordem cambial [...] (KUBITSCHKEK, 1958, grifo nosso).

Ao interpretar o empenho de JK para por em funcionamento a fábrica de álcalis sódicos, Pereira (2010, p.326) chama a atenção de que mais do que dar continuidade as obras que havia iniciado, o presidente passou a considerar Arraial do Cabo como um dos “pilares da industrialização do país”, com *status* de “símbolo da modernidade nacional”<sup>16</sup>.

No mesmo ano em que a CNA iniciou a produção e a comercialização de barrilha ocorreu a eleição do sucessor de Juscelino Kubitschek à Presidência da República e novos problemas e outros obstáculos tiveram que ser enfrentados para garantir que a indústria brasileira de carbonato de sódio se mantivesse em funcionamento.

Entre os desafios a serem vencidos pela Companhia, em seus primeiros anos de efetiva atividade produtiva, estava a necessidade de adaptar-se a uma nova realidade para proporcionar a seus empregados as melhores condições de trabalho por eles reivindicadas.

---

<sup>15</sup> Ao acionar a chave desse primeiro grupo, o Presidente JK marcou simbolicamente o início da operação do Forno de Cal nº 1, de 120 metros de comprimento, que, em operação com outro forno rotativo horizontal de mesma dimensão, calcinava o calcário (CaCO<sub>3</sub>) para a produção de cal (óxido de cálcio – CaO) e gás carbônico (CO<sub>2</sub>) enviados as etapas posteriores de produção de barrilha (CNA, 1959, p. 83).

<sup>16</sup> A intensificação das obras de instalação da tão esperada indústria de álcalis e as transformações econômicas e culturais decorrentes desse processo em uma, até então, tranquila vila de pescadores atraíram a atenção da imprensa, de pesquisadores e de cineastas. Ressalta-se, neste contexto, a iniciativa precursora da antropóloga Heloisa Alberto Torres que desenvolveu pesquisa<sup>16</sup>, nessa localidade, entre 1952 e 1957; o trabalho do diretor de cinema Paulo Cesar Saraceni que, junto com Mario Carneiro, realizou o curta-metragem “Arraial do Cabo” de 1959, ganhador de sete prêmios em festivais internacionais e os documentários de Jean Manzon “Álcalis - Esteio Econômico do Brasil”, de 1957, e “Álcalis, Indústria de Base”, de 1959.

Nesse sentido, é relevante frisar que o movimento dos trabalhadores em busca de pagamento de adicional por exercerem funções insalubres se iniciou ainda no governo JK. Assim, em 31 de maio de 1960, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos Para Fins Industriais de Cabo Frio, fundado em 1958, após um ano de tentativas de negociação com a Diretoria da empresa, decidiu pela paralisação.

Os empregados da Álcalis retornaram às atividades 48 horas após o início do movimento, entretanto, a greve continuou para salineiros, estivadores e arrumadores que, no rastro das conquistas dos companheiros da CNA, permaneceram na luta por, entre outras reivindicações, um “aumento geral de salário, concordando com um abono, desde que concedido nas mesmas bases do que fora concedido aos trabalhadores da CNA” (PEREIRA, 2009, p. 285).

A mobilização da classe trabalhadora da cadeia produtiva da barrilha demonstra que não eram boas as condições de trabalho. No caso dos empregados das salinas, as condições eram péssimas (PEREIRA, 2010, p.233-234)<sup>17</sup>.

Em 09 de março de 1961, três meses após a posse de Jânio Quadros na Presidência da República, nova paralisação foi decretada pelos empregados da CNA. A suspensão da greve ocorreu em 10 de abril, três dias antes da audiência dos trabalhadores com o Presidente da República, na qual foram apresentadas as uma série de reivindicações, entre elas destaca-se o pagamento da insalubridade, a construção de um hospital para os trabalhadores e a liberação (ou aumento) da cota de produção de sal para os fornecedores da CNA, com fixação de melhores preços e a fixação em 40% da tarifa alfandegária sobre a barrilha importada (PEREIRA, 2009, p.345-346).

O último item do rol de solicitações, a criação de imposto sobre a importação de barrilha, relaciona-se ao motivo pelo qual a única indústria que produzia barrilha no Brasil tinha dificuldade em vender esse produto: podia-se, por meio de importação, comprar barrilha por um valor inferior ao custo de produção no país de origem. Sendo assim, a luta dos trabalhadores passou a ter mais uma frente de batalha: proteger a fábrica de barrilha contra o ameaça de falência devido à concorrência desleal. Segundo Pereira (2009, p.31), nos discursos dos que defendiam a fábrica de carbonato de sódio brasileira, a Álcalis tornara-se “um emblema da nação, na luta

---

<sup>17</sup> Para Pereira, o periódico *Última Hora* caracterizava-se por ser um “jornal político e popular” e cumpria a dupla função de ser “um jornal de informação generalizada, aberto a determinadas convicções políticas” e de funcionar como “porta-voz da classe trabalhadora”. Posição distinta possuía outro jornal de circulação nacional, *O Globo*, que defendia o emprego de forças do Exército para debelar o movimento dos trabalhadores (PEREIRA, 2010, p. 242-243). Esse jornal apresentava manchetes de primeira página tais como: “JÁ TEMOS UM SOVIET EM CABO FRIO! Pedidas Tropas do Exército Para Impor Ordem em Cabo Frio” (*O Globo*, 16 de junho de 1960)

contra os trustes e cartéis”<sup>18</sup>. Diante de tantos obstáculos, o clima de radicalização na Álcalis crescia e refletia a própria conjuntura do país.

O controle sobre a comercialização de carbonato de sódio só foi instituído, em 06 de agosto de 1963, por meio do Decreto nº 52.322. Nesse sentido, após explicitar que “a importação desse produto, por terceiros, sem o necessário controle do Estado, determina uma competição altamente prejudicial ao desenvolvimento da indústria nacional de álcalis” e que “a existência e o desenvolvimento dessa indústria apresentam elevado interesse à Segurança Nacional” (BRASIL, 1963, p.138).

Se a questão da reserva de mercado para barrilha havia sido atendida, ainda faltava a resolução dos problemas ligados à produção de sal. O início da produção da usina de sal só veio ocorrer após o golpe militar de 1964, em decorrência da transformação técnica e mecânica da unidade destinada à fabricação de soda cáustica que se tornara obsoleta em termos econômicos (NUNES, 1968, p.79).

Essa questão é relevante. A pesar de ser projetada para também produzir soda cáustica, a fábrica de Arraial do Cabo nunca concretizou a produção dessa substância. A decisão dos planejadores da Álcalis, em 1943, de produzir soda cáustica por caustificação da barrilha em detrimento do processo eletrolítico deveu-se ao fato de que, por meio do segundo processo, seria produzida, além da soda, grande quantidade de cloro. De acordo com Pinto (1947, p.23), como na década de 1940, não havia, no Brasil, consumo em larga escala de cloro, caso a escolha incidisse sobre o processo eletrolítico, o excedente de cloro produzido “passaria a ser, em vez de mercadoria, quase um rejeito de fabricação, inútil, perigoso e agressivo”. Outra informação importante: o aumento da produção mundial de soda cáustica pelo processo eletrolítico acarretou a liberação da barrilha empregada até então na caustificação, o que ocasionou a ampliação da oferta desse produto em todo o mundo e forçou os preços de venda de barrilha para baixo (PEREIRA, 2009, p.234).

Ao apresentar o balanço do Ministério de Indústria e Comércio do primeiro semestre de 1966, o ministro Paulo Egydio Martins explicitou que o sal era um dos principais fatores da composição do preço do produto acabado fabricado pela Álcalis, custando onze vezes mais do que o sal utilizado pelas outras indústrias produtoras de barrilha no exterior. Outro ponto a destacar desse balanço é a referência ao fato de que a Álcalis estava consolidada “econômico-financeiramente em termos definitivos e irreversíveis” proporcionando ao Brasil economia de divisas da ordem de US\$4

---

<sup>18</sup> Em 1963, 73% do consumo de barrilha no Brasil eram destinados à indústria vidreira (PEREIRA, 2009, p. 406).

milhões anuais, suprimindo toda a demanda interna de barrilha (MARTINS, 1966, p.73-74).

Em julho, desse mesmo ano, o Presidente da República Castello Branco, em discurso proferido em visita a fábrica da CNA, qualificou a iniciativa de criação da Companhia, em 1943, como de “real importância”, mas “dispendiosa” e “difícil”, representando, na época um “arrojo temerário”. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, p.109-110).

Em 1967, Victorino Carriço<sup>19</sup>, compôs o Hino à Álcalis (NUNES, 1968, p.96). Alguns pontos chamam a atenção no teor desse hino: a referência à dificuldade de transportar a matéria-prima, “[...] *de tão longe [...] contra os ventos e as marés*”, até a fábrica e a afirmação de que o Brasil, mesmo sendo um “*gigante [...] que tem de tudo, de nós precisa, para mostrar o seu valor*”, ou seja, necessita dos trabalhadores, do que eles produzem – barrilha e uma grande empresa. Dessa forma, a figura do trabalhador se liga tão estreitamente a da empresa que, por sua vez, torna-se um patrimônio de todos os brasileiros, um símbolo da riqueza da nação. Ao concluir a composição poética com a declaração de que a Álcalis é um “*colosso*”, procede-se a associação da imagem de proporção grandiosa ao conjunto de elementos que compõem a complexa estrutura construída para a produção de barrilha em um pequeno vilarejo, digna de enaltecer o país. Tal referência reforça a idéia da Álcalis como “um emblema da nação” conforme mencionado por Pereira (2009, p.31) ao discorrer sobre as estratégias discursivas dos que defendiam a existência Companhia.

Ao final do ano de 1973, eclodiu a ‘crise do petróleo’ e a economia mundial enfrentou grandes dificuldades, acarretando uma crise geral de suprimentos de insumos básicos. Assim, o valor da barrilha no mercado internacional passou de US\$55/t, no início de 1973, para US\$130t/ano em princípios de 1974 (OLIVEIRA, 1974, p.51). Diante da grave crise internacional, o BNDE realizou, em 1974, estudos sobre a situação das principais matérias-primas responsáveis pela manutenção do processo de crescimento brasileiro e apontou que o consumo de barrilha no país

atingiu cerca de 160 mil t em 1973, praticamente atendido por produção interna. O consumo previsto para 1980, segundo hipótese não otimista, é da ordem de 370 mil t. Mesmo admitindo que a Cia. Nacional de Álcalis possa implementar a duplicação de suas instalações em Cabo Frio (RJ), ainda assim ocorreria expressivo déficit de capacidade interna de produção. Recomenda-se, em

---

<sup>19</sup> Victorino Carriço, ex-empregado da Álcalis, foi membro fundador da Academia Cabofriense de Letras.

conseqüência, acelerar os investimentos de expansão e os estudos para a construção de nova unidade (OLIVEIRA, 1974, p.53).

O planejamento para a implantação de nova unidade produtora de barrilha realmente ocorreu. Nesse sentido, Lei Federal de 30 de outubro de 1974 criou a Álcalis do Rio Grande do Norte S/A (ALCANORTE), subsidiária da Álcalis, que deveria ser localizada em Macau, Rio Grande do Norte. Entretanto, o empreendimento nunca se concretizou visto que o processo de implantação da fábrica foi interrompido em 1985. Com o insucesso da implantação da unidade industrial no Rio Grande do Norte, a fábrica de Arraial do Cabo continuou a ser a única produtora de barrilha no país até 2006, quando suas atividades foram interrompidas.

O Decreto de 1963, que passou a restringir a importação de barrilha foi vital para a CNA que, por sua vez, era vital para o país. Cabe lembrar, como o próprio Decreto de 1963 afirmava, a existência da CNA era de “elevado interesse à Segurança Nacional”. Esse Decreto foi revogado em 1990, no contexto da abertura do mercado brasileiro às importações. Pode-se notar que no Decreto nº 99.851 de 19 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1990, p.4134), que dispõe sobre a liberação da importação de carbonato de sódio, não há referência à Álcalis, sinalizando que, para o governo brasileiro dessa época, o Governo Fernando Collor, a Companhia não mais apresentava interesse estratégico para o país.

Treze meses após a assinatura do decreto que liberou a importação da barrilha, a CNA foi incluída, por meio do Decreto nº 426 de 16 de Janeiro de 1992, no Programa Nacional de Desestatização (BRASIL, 1992, p.95-96). Desse modo, iniciou-se o processo de privatização da Álcalis, concluído no dia 16 de julho do mesmo ano, ocasião em que o grupo empresarial de José Carlos Fragoso Pires, adquiriu a empresa em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 2004, o controle da CNA passou para a Associação dos Empregados da Álcalis, após doação de ações pelo grupo Fragoso Pires.

Em 2006, a produção na fábrica da Álcalis foi paralisada. As causas que determinaram a paralisação relacionavam-se a “problemas financeiros e técnicos agravados pela falta de investimento na planta, após a privatização, que vinha ocasionando várias interrupções na produção, para a manutenção corretiva e a adaptação dos equipamentos [...]” como apontou Alcoforado<sup>20</sup> em Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ, 2009).

---

<sup>20</sup> Augusto Alcoforado foi engenheiro da Álcalis, onde trabalhou entre 1971 a 1995.

#### 4 - Cia. Nacional de Álcalis como Patrimônio da Industrialização

Na perspectiva de patrimonialização de espaços de produção industrial desativados, a compreensão das especificidades de adaptação inevitáveis para viabilizar a implantação de uma mesma técnica/tecnologia em diferentes lugares é de “vital importância”. Como observa Casanelles (2007, p.63)

a singularidade de diferentes lugares produtivos de um mesmo setor produtivo e sua importância universal não se deve a técnica, mas ao seu entorno natural e social. Muitas vezes, as máquinas são idênticas ou similares em lugares diferentes, mas a história e o testemunho que eles representam não.

Nessa mesma direção, Preite (2003, p.266) afirma: “se nos limitarmos às características técnicas, uma mina de carvão, por exemplo, pouco se diferirá de outra mina de carvão”. Para o autor, da confluência entre a “singularidade de um lugar e universalidade do princípio científico a ser aplicado” nasce a história dos espaços de produção industrial<sup>21</sup>.

Outros valores e critérios, igualmente, auxiliam a identificação do que efetivamente deve ser preservado do legado do processo de industrialização, como aponta Choay (2001, p.219-220, grifo nosso) ao refletir acerca da preservação de espaços industriais desativados:

os edifícios isolados em geral de construção sólida, sóbria e de manutenção fácil, são facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e se prestam a múltiplos usos, públicos e privados [...] Em contrapartida, essas marcas anacrônicas, que são os terrenos baldios, os poços das minas desativadas e as respectivas áreas em que se depositavam os minérios, as escórias dos altos-fornos, as docas e os estaleiros abandonados têm, antes de tudo, um **valor afetivo de memória para aqueles que, por muitas gerações, tinham neles seu território e horizonte** e que se esforçam para que não lhes sejam subtraídos. Para outros, elas têm um **valor de documento** sobre uma fase da civilização industrial [...]

Dessa afirmação, pode-se destacar, inicialmente, o fragmento “valor afetivo de memória para aqueles que, por muitas gerações, tinham neles seu território e horizonte” e compreendê-lo a partir da abordagem de Scheiner (2004, p.207, grifo da

---

<sup>21</sup> No caso das minas, a “originalidade das soluções, graças às quais se adequaram às características *in situ* do minério a ser extraído, à qualidade da mão de obra disponível, às fontes energéticas existentes”, entre outros aspectos, justificam a patrimonialização de mais de um exemplar de uma mesma categoria (PREITE, 2003, p.266).

autora) a respeito do movimento para preservar o patrimônio em espaços de vivência coletiva que exprime

um modo de lutar pela manutenção de sua própria maneira de ser, fundamento espontâneo e afetivo do Id comunal. Para estas pessoas, **preservar o patrimônio significa, antes de tudo, continuar a ter o direito de ser o que se é. Eis o que verdadeiramente vem a ser a identidade: uma forma de presença do Ser, em continuidade, afetividade, espontaneidade, pluralidade. Algo que está para além do discurso**, que não se pode medir, listar como referência ou limitar pela norma ou pela conveniência.

Nessa mesma direção, a *Carta de Nizhny Tagil* aponta que “o patrimônio industrial reveste um valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário” (TICCIH, 2003, p.4).

No que diz respeito à afirmação de Choay, anteriormente destacada, de que os remanescentes da produção industrial têm “valor de documento”, cabe fazer menção de que para a sociedade ocidental “o que não habita o lugar do pensamento em sua essência deve ser documentado – para ‘fazer prova’ de sua existência” (SCHEINER, 2004, p.88-89).

A *Carta de Nizhny Tagil* também faz menção ao valor de documento/testemunho do legado do processo de industrialização ressaltando que o “patrimônio industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas” (TICCIH, 2003, p.4).

Ao conferir valor diferencial a remanescente da produção industrial passando a reconhecê-los como Patrimônio, ao considerá-lo documento/testemunho do processo de industrialização, ampliam-se as possibilidades de leituras e interpretações de um “fenômeno histórico distinto e distinguível [...] a força econômica e social mais influente” que afetou, e ainda afeta, a vida na contemporaneidade (COSSONS, 2011, p.3).

Retornando aos valores atribuídos ao legado do processo de industrialização, que figuram na *Carta de Nizhny Tagil*, cabe, ainda, destacar:

- o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu *design* ou da sua concepção [...]
- A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes

um valor particular e devem ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial (TICCIH, 2003, p.4-5).

Nessa perspectiva, Dorel-Ferré (1997) propõe que os métodos de pesquisa no domínio do patrimônio industrial, qualificados pela autora como um campo do conhecimento histórico, devem levar em conta o tipo de espaço de produção edificado, o meio geográfico e humano, os processos técnicos de produção, as condições de trabalho, o saber-fazer, as relações sociais, e as expressões culturais etc. Trata-se por conseguinte de uma investigação pluridisciplinar, que conduz a uma percepção global de determinada realidade social de um dado momento, em um espaço e contexto preciso.

Diante do “amplo e complexo” legado do processo de industrialização, Noblet (1979, p.94) elencou os seguintes critérios de seleção desses espaços como patrimônio: científicos e técnicos; estéticos; relativos a aspectos do ambiente [contexto industrial]; históricos e sociológicos. Ao abordar aspectos relativos ao último critério, o autor sublinha que o patrimônio industrial “não compreende apenas os bens materiais necessários ao funcionamento do sistema de produção, mas igualmente os arquivos [das empresas], o saber-fazer, a memória operária, sem esquecer os objetos produzidos pela indústria”.

No início da década de 1970, Buchanan (1972 apud CAMPAGNOL, 2008, p.423-422), precursor no campo das pesquisas sobre o patrimônio da industrialização, também abordou a problemática a respeito da necessidade de selecionar o que deve ser preservado nesse domínio do patrimônio e propôs como critérios de seleção os seguintes aspectos:

grau de singularidade; grau de representatividade; dimensão e uso dos exemplares e as potencialidades para reutilização; potencialidades turísticas; a observação da existência de incentivos locais para financiamento e apoio na efetivação de projetos de preservação/restauração e a relação a fatos ou pessoas importantes no contexto histórico.

Na Espanha, o projeto de identificação dos bens industriais de interesse para preservação, denominado *Plan Nacional de Patrimonio Industrial* (PNPI), foi apresentado ao Conselho de Patrimônio espanhol em dezembro de 2000. Nesse documento, os critérios de avaliação e seleção são apresentados agrupados em três linhas de análise (A - intrínsecos; B - patrimoniais e C - de viabilidade) (PNPI, 2011, p.12). Os critérios utilizados são:

A - valor de testemunho; singularidade e/ou representatividade tipológica; autenticidade; integridade.

Determinam o valor intrínseco do elemento e fazem referência à importância desse elemento em relação a outros de sua mesma tipologia ou gênero; comparativamente se valora e avalia o bem como testemunho, quer por sua singularidade ou por ser o modelo mais representativo de um gênero arquitetônico ou de um determinado setor industrial;

B – Histórico; social; artístico; tecnológico; arquitetônico; territorial.

Determinam o valor patrimonial de um bem e fazem referência ao seu valor histórico e social dentro de um período e de uma determinada sociedade; ao valor tecnológico como resposta ao desenvolvimento e evolução da técnica, da indústria e da arte de construir; ao valor artístico das formas e modos de construir, representativas dos paradigmas da era mecanizada; a sua relação com o território construído, suas implicações e derivações em outros elementos que se combinam para definir uma paisagem;

C – a possibilidade da restauração completa; estado de conservação; plano de viabilidade; de rentabilidade social; situação jurídica.

Determinam o valor potencial e fazem referência a sua perspectiva futura.

No Canadá, em 2004, o Serviço do Desenvolvimento Econômico e do Desenvolvimento Urbano da cidade de Montreal procedeu à identificação do patrimônio urbano sob sua jurisdição e, especificamente na esfera do patrimônio industrial, adotou como critérios de seleção:

valor histórico e social de uma indústria no que abrange o desenvolvimento do distrito, cidade ou até mesmo do estado e do país; a integridade do complexo (antiquidade, desenvolvimento arquitetural, desenvolvimento tecnológico); o processo de produção específico; a ligação com as rotas de transporte; a ligação com o desenvolvimento de bairros da classe trabalhadora; a inserção na paisagem urbana (VILLE DE MONTREAL, 2004).

Correlacionando-se indicadores de distinção por meio dos quais se fundamenta a escolha do que interessa transmitir a gerações futuras com a trajetória histórica da CNA, destacam-se aspectos que consubstanciam valorar a Cia. Nacional de Álcalis como patrimônio da industrialização no país:

- *representatividade tipológica*: única indústria química que fabricou carbonato de sódio no país;

- relação entre a Álcalis e o processo de industrialização do Brasil - determinação do governo Vargas de desenvolver o país pela via da industrialização e que a criação da CNA estava vinculada a esse propósito;

- *A relação a fatos ou pessoas importantes no contexto histórico:*

. primeiro governo Vargas, Estado Novo, contexto da criação de grandes empresas estatais do setor de indústria de base; segundo governo Vargas, criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (atual BNDES), reafirmação da “inadiável necessidade de desenvolvimento da indústria química básica no país”; a relação produção industrial / Segurança Nacional; o nacionalismo econômico e a participação de militares, principalmente do Exército, na direção das indústrias de base estatais;

. o governo Juscelino Kubitschek, o projeto modernizante para o Brasil e de expansão do setor industrial formulado por meio do Plano de Metas do qual a produção de álcalis figurou e recebeu especial atenção; a formação da consciência política dos trabalhadores da CNA, sua mobilização para obter seus direitos trabalhistas e lutar pela manutenção da empresa; a forma de atuar dos trustes e cartéis e a incongruência da tão necessária indústria de barrilha ter dificuldade em encontrar mercado interno para escoar sua produção; a radicalização política;

. os momentos conturbados vivenciados nos primeiros anos da década de 1960 e o valor simbólico atribuído a Álcalis, emblema da riqueza da nação; as discussões a respeito da intervenção do Estado na economia, a era das privatizações, entre outros aspectos que reafirmam a relevância histórica da Álcalis;

- *A ligação com as rotas de transporte* – a construção da rodovia ligando Cabo Frio a Arraial do Cabo, inaugurada em 1945, ocorreu devido à criação da CNA, em 1943; a modernização da infraestrutura do porto marítimo da Enseada dos Anjos, pelo qual a CNA foi responsável entre 1965 e 1972;

- *Valor histórico e social de uma indústria no que abrange o desenvolvimento do distrito, cidade, do estado e do país* - Além da intenção de desenvolver o Brasil pela via da industrialização, a criação da Álcalis gerou uma transformação radical em Arraial do Cabo, destacada por Pereira (2009, p.189): “Antes da Álcalis, não havia escolas, nem médicos [...]. O lugar transformara-se de uma acanhada colônia de pescadores em um espaço de ideologia desenvolvimentista [...]”. A transformação econômica e social não ficou restrita a vila de pescadores, pois a Região se modificou com a implantação da CNA;

- *A ligação com o desenvolvimento de bairros da classe trabalhadora* – no planejamento de 1949, a Direção escolheu a região do morro do Miranda como o local

ideal para erguer a vila operária. A inauguração da vila ocorreu em 1961, mas a ocupação em torno da área da fábrica ocorreu de forma desordenada;

- *O processo de produção – processo Solvay – e a relação entre a singularidade do uso dos recursos naturais de Arraial do Cabo e universalidade do princípio tecnológico:* a obtenção de carbonato de cálcio pela extração dos depósitos de conchas da Lagoa de Araruama, a utilização de sal, tradicionalmente produzido na Região dos Lagos e o uso da água fria do mar da região na fase de resfriamento da etapa de carbonatação do processo *Solvay* conferem à fábrica brasileira de álcalis sódicos singularidade técnica. Esse três aspectos não ficam restritos à simples nomeação como fatores associados à necessidade de adaptação de um processo tecnológico, eles sinalizam características pelas quais a região é reconhecida - a paisagem das salinas, a Lagoa de Araruama e a água fria das praias de Arraial do Cabo.

Como a tecnologia do processo de produção escolhido para dotar o país de uma indústria de álcalis sódicos abarca três ícones da região pode-se identificar a criação de um vínculo entre a materialidade relacionada ao conjunto da fábrica da Álcalis e a região na qual o empreendimento se inseriu. Além da materialidade do espaço industrial, a memória das pessoas que construíram e deram vida a esse espaço através de seu trabalho igualmente merece ser registrada e preservada. Como foi possível constatar nas visitas técnicas às instalações da CNA, a narrativa de seus antigos empregados é rica em informações e constituída de um saber que se origina por meio da vivência coletiva. Nessas visitas, também se identificou a existência de arquivos documentais e iconográficos que necessitam de tratamento técnico (conservação, acondicionamento etc.) para que não se percam informações que ainda precisam ser mais pesquisadas e documentadas.

## **5- Considerações Finais**

Arraial do Cabo é conhecida atualmente como “Capital do Mergulho”. Segundo dados da prefeitura a prática de mergulho é um dos setores do turismo que mais cresce no município<sup>22</sup>. Com dunas, lagoas, costões, praias, ilhas paradisíacas, áreas de proteção ambiental e sítios arqueológicos, Arraial oferece variadas opções de lazer, entretanto falta conjugar os diversos interesses dos que buscam dinamizar a economia local com

---

<sup>22</sup> Prefeitura de Arraial do Cabo. Disponível em: < <http://www.arraial.rj.gov.br/prefeitura/?local=mergulho>>. Acesso em: out. 2011.

o seu patrimônio cultural do qual o patrimônio industrial representado pela Cia. Nacional de Álcalis é parte integrante.

A partir dos estudos e pesquisas realizados percebe-se a perspectiva de continuidade para outros desenvolvimentos. Aprofundar a pesquisa sobre as fontes documentais existentes na Álcalis; aprofundar a coleta de depoimentos orais; realizar o inventário e diagnóstico da materialidade ali existente para posterior documentação/registro e comunicação desse conteúdo. Poderíamos sugerir tombamento? Poderíamos musealizar esse espaço industrial? Esses seriam alguns dos caminhos possíveis para continuar as pesquisas nesse tema.

### Referências

CAMPAGNOL, Gabriela. **Usinas de Açúcar: habitação e patrimônio industrial**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP/Escola de Engenharia. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-06022009-151443/pt-br.php>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

CARTIER, Claudine. *Les politiques de mise en valeur du patrimoine industriel*. In: **Patrimoine scientifique et technique: un projet contemporain**. Paris: La Documentation Française. 2010.

CASANELLES-RAHOLA, Eusebi. *El Patrimonio industrial en Cataluña*. **Artigrama**. Departamento de Historia del Arte, Universidad de Zaragoza, nº 14, 1999. p. 43-63. Disponível em: <<http://www.unizar.es/artigrama/pdf/14/3monografico/2.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001. 282 p.

*Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CBMEU)*. Relatório Geral, 1954. In: **Memórias do Desenvolvimento**. Ano 2, n.2, 2008. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007. 425 p. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231650150.MD2\\_0.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231650150.MD2_0.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS. Prospecto. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 9 out. 1943. Seção 1, p.53

\_\_\_\_\_. Relatório da Diretoria. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 27 abr. 1950. Seção 1, p.53-54.

\_\_\_\_\_. Relatório da Diretoria. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 13 abr. 1953. Seção 1, p.64-65.

\_\_\_\_\_. Relatório da Diretoria. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 29 abr. 1955. Seção 1, p.57-61.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, 9 jun. 1942. Seção 1, p.5.

COSSONS, Neil. Perspectivas, percepções e o público. **URBANA**, CIEC/UNICAMP, ano 3, nº 3, 2011. Dossiê: Patrimônio Industrial. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos3/%5B2%5DTraducao\\_NeilCossons.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos3/%5B2%5DTraducao_NeilCossons.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2011.

DE NOBLET, Jocelyn. Etude et mise en valeur du patrimoine industriel. **Culture technique**, Neuilly-sur-Seine, França, n. 1, p. 94-101, 1979. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2042/30617>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

DOREL-FERRÉ, Gracia. *Le Patrimoine Industriel*. **Bulletin de Liaison des Professeurs d'Histoire-Géographie de l'Académie de Reims**. nº15, 1998. Disponível em: <<http://www.crdp-reims.fr/ressources/brochures/blphg/bul15/Pat-ind.htm>>. Acesso em: nov. 2011.

GOMES, Martins, Alfredo Bruno. **O problema dos álcalis no Brasil: bases técnicas e econômicas da Companhia Nacional de Álcalis**. Rio de Janeiro: s.ed., 1950. 89 p.

MACHADO, Adélio A. S. C. Fabrico industrial do carbonato de sódio no século XIX: exemplos precoces de química verde e ecologia industrial. **Química – Bol. S. P. Q.** **113**. 2009. 25-30 p. Disponível em: <[www.spq.pt/boletim/docs/boletimSPQ\\_113\\_025\\_09.pdf](http://www.spq.pt/boletim/docs/boletimSPQ_113_025_09.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2011.

NUNES, Carlos Luis. **Assim surgiu a Álcalis**. Cabo Frio: s. ed., 1968 103 p.

PEREIRA, Walter L. C. de Mattos. **Cabo das tormentas e vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Tese (Doutorado em História/UFF) 2009. 478 p.

PINTO, Mário da Silva. **A Indústria de álcalis no Brasil: o projeto Cabo Frio**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/DNPM/LPM, 1947. 154 p.

PLAN NACIONAL DE PATRIMONIO INDUSTRIAL (PNPI). 2011. 83p. Disponível em: <[http://fcvsagunto.files.wordpress.com/2011/05/plan\\_nacional\\_patrimonio\\_industrial.pdf](http://fcvsagunto.files.wordpress.com/2011/05/plan_nacional_patrimonio_industrial.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

PREITE, Massimo. Ciência, história e comunidade na musealização dos sítios de mineração desativados na Europa. In: **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. 262-268 p.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. **Imagens do ‘Não-Lugar’: comunicação e os novos patrimônios**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). 2004. 294 p.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil**. Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, 2003. Traduzida pela Associação Portuguesa para o Patrimônio Industrial. Disponível em: <<http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2010.

VILLE DE MONTREAL. **Évaluation du patrimoine urbain**. Service de la mise en valeur du territoire et du patrimoine. Division du patrimoine et de la toponymie: 2004. p.103. Disponível em: <<http://www.ocpm.qc.ca/sites/default/files/pdf/41/5y.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2011.